



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

ATO NÚMERO 014/2021.
DE 12 de março de 2021.

PRORROGA O ATO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE CONSOLIDA OS PROCEDIMENTOS E REGRAS PARA FINS DE PREVENÇÃO E NÃO-PROPAGAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO que, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII, o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional e que, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia;

CONSIDERANDO a promulgação da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona-vírus (COVID-19)";

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública instalada em todos os níveis da federação em virtude da pandemia do Novo Coronavírus, conforme Decreto Legislativo nº 6/2020 do Congresso Nacional, Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de São Paulo e Decreto Municipal nº 026, de 13 de fevereiro de 2021 no âmbito do Município de Américo Brasiliense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 65.545, de 03/03/2021, do Governo do Estado de São Paulo, que estende até 09 de abril de 2021 a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 65.563, de 11/03/2021, do Governo do Estado de São Paulo, que institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO as medidas locais e regionais que vêm sendo implementadas pelos Municípios e pelos Estados, no intuito de conter o avanço da referida doença e a necessidade de formalizar os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Américo Brasiliense, visando à preservação da saúde pública de todos que frequentam a Edilidade, e ao, mesmo tempo, manter a prestação dos serviços da administração, de modo a causar o mínimo impacto aos munícipes;

CONSIDERANDO, derradeiramente que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, bem como medidas imediatas que visem evitar aglomeração de pessoas e dificultar a propagação e transmissão do vírus, no sentido de garantir a saúde dos servidores do Legislativo municipal e dos munícipes amerilienses,

RESOLVE

Art. 1º Este Ato da Presidência prorroga o Ato nº 013, de 26 de fevereiro de 2021 que dispõe sobre os procedimentos e regras, no âmbito da Câmara Municipal, para fins de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus COVID-19.

Art. 2º Apenas terão acesso à Câmara Municipal os senhores Vereadores, agentes políticos e servidores do Executivo autorizados pelo Chefe do Poder Executivo local, servidores públicos do legislativo, profissionais de veículos de imprensa autorizados pela Presidência da Câmara e prestadores de serviço do Poder Legislativo e somente pelo tempo que for necessário sua permanência e desde que devidamente autorizados pelo Departamento Jurídico ou Controle Interno ou, ainda, pela própria Presidência.

§ 1º - A restrição estabelecida no *caput* não se aplica aos convocados ou convidados por requerimento aprovado por Comissão temporária ou permanente e pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 2º - Fica proibido o acesso às dependências e aos prédios da Câmara Municipal ao público em geral, bem como o atendimento presencial ao público pelos senhores Vereadores e servidores legislativos, devendo os serviços de atendimento ao público e protocolos serem realizados através de agendamento, pelo telefone, (16) 3392-1134, e-mail institucional (secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br) e/ou WhatsApp institucional (16 99609-5631), no horário do expediente, entre 08 horas e 17 horas, de segunda a sexta-feira.

§ 3º - O atendimento do público externo será prestado por meio eletrônico ou telefônico, sendo permitida a protocolização de documentos pelo *email* institucional indicado no parágrafo 2º.

§ 4º - Após o agendamento previsto no parágrafo 2º o interessado deverá comparecer à Câmara Municipal, no horário previamente agendado, munido de documento de identidade, para fins de atendimento.

§ 5º - Ficam obrigados a utilizar máscaras de proteção facial, em todos os ambientes do prédio da Câmara Municipal os Vereadores, funcionários, servidores e colaboradores, em especial aqueles que prestem atendimento ao público e os fornecedores externos e seus prepostos ou funcionários quando em atividade de



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

prestação de serviços neste órgão legislativo durante todo o período em que vigorar este Ato e as ações de enfrentamento ao novo coronavírus, causador da COVID-19.

§ 6º - Os servidores do Legislativo deverão impedir a entrada e a permanência nas dependências da Câmara Municipal de pessoas que não estiverem utilizando máscara de proteção facial, devendo informar por escrito à Procuradoria Jurídica Legislativa quando os infratores forem Vereadores, servidores ou prestadores de serviços terceirizados para a adoção das medidas jurídicas cabíveis.

Art. 3º Fica suspensa a realização, nas dependências e prédio da Câmara Municipal, de quaisquer espécies de eventos e visitas não diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das Comissões.

Parágrafo único. Ficam abrangidas pela suspensão de que trata este artigo as sessões solenes, audiências públicas e trabalhos abertos ao público em geral de Comissões temporárias e permanentes, visitação institucional e uso do Plenário.

Art. 4º Fica mantida a realização das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal, cujo acesso será restrito aos Vereadores e servidores públicos do legislativo, agentes políticos e servidores públicos do executivo local devidamente autorizados pela Chefe do Poder Executivo, e aos profissionais de veículos de imprensa autorizados pela Presidência.

§ 1º - Ficam mantidas, até segunda ordem, a realização das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de forma presencial, devendo as Sessões Ordinárias iniciarem-se, impreterivelmente, às 16 (dezesesseis) horas e 30 (trinta) minutos e encerrarem-se, até, no máximo, às 19 (dezenove) horas e 30 (trinta) minutos, devendo, ainda, ser reduzido ao máximo o tempo de permanência das pessoas no local, a fim de evitar-se aglomerações, suprimindo-se, excepcionalmente e para tanto, a palavra livre e a explicação pessoal.

§ 2º - Fica proibido o acesso ao público em geral às sessões de que trata o *caput*, que serão realizadas com as portas fechadas ao público e cuja publicidade e transparência serão garantidas através de transmissão pelas redes sociais e pela rádio, com disponibilização do evento integral e ao vivo pelo canal do YouTube, bem como retransmissão junto à rádio comunitária às quartas-feiras seguinte ao evento, a partir das 14h.

Art. 5º Ficam mantidas as reuniões de Comissões temporárias e permanentes, mas restritas aos seus membros e servidores públicos do legislativo que nelas funcionarem, devendo-se incentivar a prática de reuniões virtuais, tanto quanto possível, observando-se que na hipótese de impossibilidade os encontros presenciais devam ser realizados com o menor número de participantes possível.

Art. 6º Fica suspenso o curso de todos os prazos regimentais, procedimentais, legislativos e legais no Poder Legislativo, a partir da data de publicação deste Ato, especialmente das Comissões temporárias e permanentes, de



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

processos legislativos, requerimentos e representações em andamento ou que sejam protocoladas, para realização de audiências públicas, sem prejuízo da prática e elaboração dos respectivos atos regimentais e procedimentais pelos Vereadores e servidores públicos do legislativo, caso entendam pela urgência ou necessidade.

Art. 7º Fica suspensa a autorização de servidores públicos do Legislativo e parlamentares para participar em cursos presenciais externos, salvo se por motivo de imperiosa necessidade e urgência, devidamente justificada e autorizada pela Presidência.

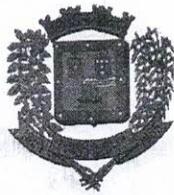
Art. 8º Fica determinado o trabalho remoto para as servidoras públicas do Legislativo grávidas, autorização esta que se aplica também para servidores públicos e estagiários do Legislativo portadores de doenças crônicas ou com filhos menores de 7 (sete) anos de idade, portadores comprovados de deficiências respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico ou aqueles incluídos em grupo de risco com 60 (sessenta) anos ou mais ou que estejam com sintomas respiratórios ou febre, sem compensação futura, se considerando falta justificada ao serviço público o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.

§ 1º - Fica determinado pela Presidência, mediante escala de revezamento, previamente submetida à apreciação da Procuradoria Jurídica, a realização da jornada dos demais servidores em sistema de trabalho remoto (*home office*), sem prejuízo de eventual comparecimento presencial do servidor para realização da jornada de trabalho nas dependências da Câmara, sempre que convocado pela Presidência ou pela Procuradoria Jurídica, garantindo-se a prestação dos serviços legislativos, de modo a causar o mínimo de impacto aos munícipes e aos trabalhos da Câmara Municipal.

§ 2º - Para fins de realização do trabalho remoto dos servidores em sistema de *home office* deverão os servidores do Legislativo manterem-se, em seu horário de trabalho, à disposição da Presidência, através de conexão ao *email* institucional de cada servidor e/ou aplicativo de *WhatsApp*, garantindo-se a prestação dos serviços legislativos, de modo a causar o mínimo de impacto aos munícipes e aos trabalhos da Câmara Municipal.

§ 3º - Fica retomada em 8 (oito) horas diárias a jornada de trabalho dos servidores do Legislativo, devendo ser formadas equipes de trabalhos que contem com, no mínimo, um servidor presencialmente nos setores administrativo e legislativo durante todo o horário de expediente interno da Câmara Municipal, garantindo-se a prestação integral dos serviços legislativos, de modo a não causar impacto aos munícipes e aos trabalhos da Câmara Municipal.

§ 4º - Às Vereadoras que estiverem grávidas e aos Vereadores e Vereadoras portadores de doenças crônicas ou com filhos menores de 7 (sete) anos de idade, Vereadores e Vereadoras portadores de deficiências respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

imunológico ou aqueles Vereadores e Vereadoras com 60 (sessenta) anos ou mais ou que estejam com sintomas respiratórios ou febre, fica facultada a presença nas sessões camarárias e demais atividades legislativas, se considerando falta justificada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste Ato.

Art. 9º Os Vereadores e servidores públicos do legislativo que tenham mantido contato próximo com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e não apresentem sintomas respiratórios ou febre, serão afastados administrativamente por até 14 (quatorze) dias a contar do contato.

§ 1º - A pessoa abrangida pela hipótese deste artigo deverá comunicar imediatamente tal circunstância, com a respectiva comprovação, à:

I - Presidência, no caso de Vereador;

II - respectiva chefia imediata, no caso de servidor, a qual tomará as providências de acordo com as instruções do SUS.

§ 2º - Sempre que possível, o afastamento de servidores dar-se-á sob o regime de teletrabalho.

§ 3º - Considera-se caso suspeito aquele que estiver sob tratamento médico em procedimento de investigação para confirmação da infecção por COVID-19.

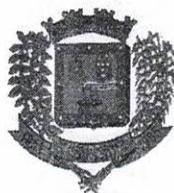
§ 4º - Afastado o diagnóstico do caso suspeito, interrompe-se o afastamento imediatamente.

§ 5º - Os servidores que estejam comprovadamente com quadro de imunidade baixa ou que estejam em período de convalescença decorrente de gripes, resfriados ou outras doenças respiratórias, virais ou bacterianas ficam autorizados ao trabalho remoto, mediante abono, em formulário próprio, assinado pela Presidência, das horas não registradas no sistema de controle de ponto eletrônico, nos moldes do § 2º, do artigo 8º desta norma.

Art. 10 Os Vereadores e servidores públicos do legislativo que tenham mantido contato próximo com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e apresentem sintomas respiratórios ou febre, serão imediatamente afastados por período a ser definido por unidade de saúde de referência.

Art. 11 Os Vereadores e servidores públicos do legislativo que apresentem sintomas respiratórios ou de febre, sem histórico de contato com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, serão tratados conforme critério médico.

Art. 12 A Câmara Municipal adotará imediatamente medidas para aumentar os locais e quantidades para disponibilização de álcool gel e intensificar a limpeza e desinfecção de superfícies nas dependências da Casa.



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Art. 13 As ações ou omissões que violem o disposto neste Ato sujeitam o infrator às penas previstas no art. 10, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das demais sanções penais, civis, éticas e administrativas, bem como da incidência do crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o art. 268 do Código Penal.

Art. 14 Este **ATO** entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de março de 2021, podendo ser prorrogado ou revogado previamente, mediante expedição de novo Ato da Presidência.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, aos 12 (doze) dias do mês de março do ano de 2021 (dois mil e vinte e um).


JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente


DÉBORA TÂNIA CARNEIRO RIOS
Assistente Legislativo

Registrado às fls. nº 26/31 do livro competente nº 15 (quinze)